



PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS

JOSÉ ALFREDO OLIVEIRA DEBORTOLI

(entrevista)

2015

CEME-ESEF-UFRGS

FICHA TÉCNICA

Projeto: Garimpendo Memórias

Número da entrevista: E-610

Nome do/a entrevistado/a: José Alfredo Oliveira Debortoli

Local da entrevista: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (UFMG), Belo Horizonte - MG

Entrevistadoras: Christiane Garcia Macedo e Luiza Aguiar dos Anjos

Data da entrevista: 22/10/2015

Transcrição: Luciane de Castro

Copidesque: Silvana Vilodre Goellner

Total de gravação: 49 minutos e 36 segundos (PREENCHER)

Páginas Digitadas: 12

Observações:

Entrevista realizada para o projeto *Memórias do Programa Esporte e Lazer da Cidade/Vida Saudável* desenvolvido pelo Centro de Memória do Esporte

* Esse documento tem como base as orientações do “*Manual prático para esclarecimento de procedimentos básicos a serem realizados nas entrevistas*” versão de 2016, desenvolvido pelo GRECCO – Grupo de Estudos em história, Cultura e Esporte, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O GEEPRACOR realizou algumas alterações de formato.

O Projeto Garimpendo Memórias está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins de pesquisa acadêmica, extensão e ensino, esta entrevista de cunho documental e histórico. É permitida a citação, no todo ou em parte, desde que a fonte seja mencionada.

Como citar: DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira. Entrevista concedida por José Alfredo Oliveira Debortoli ao Projeto Garimpendo Memórias. Entrevistadoras: Christiane Garcia Macedo e Luiza Aguiar dos Anjos. UNIVASF, UFRGS, Belo Horizonte (MG), 22/10/2015, 15 p.

SUMÁRIO

Formação profissional; Envolvimento com a temática do lazer; Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC); Políticas públicas de esporte e lazer; Formação de capacitadores; Educação Popular e Cultura Popular; Programa Vida Saudável; Ministério do Esporte.

Belo Horizonte, 22 de outubro de 2015. Entrevista com José Alfredo Oliveira Debortoli a cargo das pesquisadoras Christiane Garcia Macedo e Luiza Aguiar dos Anjos para o Projeto Garimpendo Memórias do Centro de Memória do Esporte.

C.M. – Professor, gostaria de agradecer pela disposição do seu tempo e gostaria que o senhor falasse primeiro sobre sua formação

J.D. – Eu sou professor de Educação Física formado em 1989, depois fiz minha qualificação no campo da Educação, fiz meu mestrado na FAE¹ aqui da UFMG² e meu doutorado na PUC³ do Rio e recentemente minha trajetória é mais ligada ao campo da Antropologia Social fazendo pós-doutorado na UNB⁴.

C.M. – E quais foram suas pesquisas?

J.D. – Minhas pesquisas sempre estiveram de alguma forma ligadas à infância. Então no mestrado meu estudo saiu um pouco do campo da escola e meu primeiro movimento foi primeiro buscar entender as crianças, mas não quaisquer crianças, foi um recorte de classe social, então fiz um trabalho aqui no Alto Vera Cruz, que é um complexo de favelas. A ideia era compreender a infância no contexto da favela. E eu partia do princípio de que a experiência do brincar seria o caminho de compreensão dessa infância, então, eu escrevi uma dissertação que tem o nome “Equilibrando-se sobre um arame de farpas – Infância e ludicidade no Alto Vera Cruz”, um pouco de como vai entrelaçando essa experiência do brincar com a vida, seus sabores e dissabores. E no doutorado eu continuei trabalhando a infância, mas já estabelecendo uma relação com a escola e, mais especificamente, com a educação infantil. Eu fiz um estudo, assim, os discursos e as práticas do brincar, agora não me recordo do título exatamente, mas essa relação entre práticas e discursos no corpo infantil. Eu cruzo a infância da professora, seu olhar sobre as crianças e a experiência de infância no cotidiano da educação infantil. Foi um momento em que o brincar era quase que o eixo por excelência dessa educação infantil e eu queria entender um pouco melhor. Senti uma preocupação muito grande porque havia um excesso de pedagogização, na

¹ Faculdade de Educação.

² Universidade Federal de Minas Gerais.

³ Pontifícia Universidade Católica.

⁴ Universidade de Brasília.

verdade, a gente vai observar que tinha um pouco ao contrário disso. Tinha um excesso de espontaneização, então, eu ia buscando quais eram os discursos que vinham nessa presença do brincar no cotidiano da educação infantil. Meus temas sempre foram relacionados à infância, num primeiro momento a experiência social de infância e num segundo a experiência escolar de infância no contexto da educação infantil.

C.M. – Na universidade você trabalha com quais disciplinas?

J.D. – Neste próximo ano completo 20 anos na UFMG, iniciei com Filosofia da Educação Física, mas com o passar do tempo fui trabalhando com os temas relacionados à infância e os temas do brincar. Hoje eu trabalho com “Jogos, brinquedos e brincadeiras” e “Ensino de jogos, brinquedos e brincadeiras”, “O ensino da Educação Física na educação infantil” e alternadamente eu participo de outras disciplinas. Às vezes ministro disciplina de “Educação Física e infância e juventude,” “Estágio docente e análise da prática”, então são disciplinas ligadas à formação dos professores à infância a ao brincar. Estes são os três eixos que eu tenho trabalhado com mais frequência.

C.M. – E como e quando você começou o envolvimento com lazer?

L.A. – Que relação você traria do lazer com sua trajetória de formação?

J.D. – Engraçado, porque insistentemente eu faço uma provocação de que eu não sou um estudioso do campo do lazer. Eu sou do campo da Educação e chego ao campo do lazer pelo campo da Educação. Sempre operei na concepção de lazer talvez de uma forma um tanto autoritária que eu nunca tive uma pretensão de conceituar lazer e ao mesmo tempo sempre tive um pouco de dificuldade com o conjunto de conceituações de lazer que operam sempre a partir de uma perspectiva do que não é, ou seja, opera com uma fragmentação, então, por exemplo, trabalho - lazer, tempo de obrigação – tempo livre. Então eu sempre busquei essa perspectiva e até, paradoxalmente, o Walter Bracht tem um texto que diz que a Educação Física devia operar pela lógica do trabalho – trecho complicado e incompreensível – evidentemente determinada concepção de trabalho, mas o meu diálogo com o brincar sempre me aproximou de uma perspectiva de problematização do lazer. Sempre operei com a tentativa de entender o brincar a partir de uma noção de

possibilidades de ampliação das formas de produção da vida. Então, essa ideia de que a criança é produtora de cultura e pela lógica do trabalho moderno a forma de produção da vida é muito objetivada, ela não entende a perspectiva da arte, do ético e do estético desvinculado, ou é instrumental ou é do ético e do estético. Então, falar de lazer para mim sempre foi uma possibilidade de falar de uma ampliação das possibilidades de compreender as possibilidades de produção do social, sobretudo, essa produção que passa pelo corpo e pela arte. É isso que me levava para o campo da Educação. Quando eu discuto a escolarização, a minha questão toda não é menorizar a importância de linguagens como a leitura, a escrita e a matemática. Minha indagação da escola é no sentido da assimetria, de reconhecer o mesmo grau de importância dos conhecimentos da arte e do corpo, ou seja, não é que eu queira que aqui diminua e aqui aumente, é perceber que este conjunto é que nos constitui a perspectiva de produção humana. Então olhar pela ótica do lazer, seria justamente essa possibilidade de enriquecimento da nossa presença no mundo e como produzimos essa vida de uma forma rica, na forma de arte, de corpo, de dança, na forma de esporte. É isso que me aproxima do lazer. De certa maneira me remeti enquanto possibilidade de diálogo com o campo do lazer. Hoje, quando se discute uma política de direito, que se pensa uma política de direito e o lazer entrando numa perspectiva de política de direito, isso é interessante. Eu entro muito mais com a compreensão ampliada de direito do que um discurso objetivado de direito ao lazer. Quando eu falo de discurso de direito, quero compreender a força de uma experiência cultural ampla, que justifique uma riqueza de participação social. Então minha lógica de direito é interligado na riqueza das possibilidades de participação na vida social. Participação e produção para mim são dois sinônimos. Participar da vida social é participar da produção da vida social. O que significa hoje, você provocar as pessoas a ter acesso a um patrimônio universal que passa por essa lente do lazer ou mesmo reconhecer uma experiência tradicional que me produz como arte, como corpo que esse é um diálogo interessante de uma política de lazer. Todo mundo tem um direito universal, então, se alguém ainda não tem o direito, precisamos levar o direito a quem ainda não tem acesso. Mas direito também tem a ver com a sua singularidade, ou seja, é necessário que eu reconheça qual é minha tradição. Essa ideia de lazer é uma possibilidade de enriquecimento do meu direito e experiência cultural. Isso está presente na escola quando penso na escola como lugar de formação cultural ampla. O que eu quero da escola? Então não penso numa educação para o lazer. O que é pensar a escola pela lente do lazer? Ela se concebendo a partir de uma riqueza de conhecimento que operam numa

compreensão ampla de possibilidades de participação na vida social. Quando eu penso na leitura e na escrita isso enriquece as possibilidades da minha participação na vida social, mas quando penso, por exemplo, num ser dançante, brincante ou jogante eu também preciso interpelar até que ponto a participação desse ser também tem uma vida social. Isso me possibilita discutir toda a organização de uma vida social que potencializa a experiência cultural que evidentemente está articulado a outros direitos. Então, eu chego ao lazer discutindo a infância, a corporalidade, chego ao lazer hoje que me interessa discutindo a diversidade de práticas culturais. Hoje me interessa no lazer buscar os contextos sociais os mais diversos a diversidade das práticas culturais, então a festa, a folia, problematizar coisas como, por exemplo, “a religião não é lazer”. Aí você tem, por exemplo, determinados contextos onde a organização cultural dela todinha centrada na festa e a festa toda centrada na religiosidade, então, como provocar esse diálogo com a vida social brincando com ela, problematizando, interpelando essa fragmentação do mundo entre objetivo, ética e estética; entre trabalho e lazer entendendo que a riqueza da experiência social é ampla e múltipla e isso impossibilita pensar o lazer. Eu vou para o Programa de Pós-graduação e, lazer, chego secundário, e meu primeiro movimento natural ser inserido no programa de Pós-graduação em Educação e não em lazer, mas é que num certo sentido houve uma abertura de portas para mim. O lazer me reconheceu como alguém que poderia contribuir e eu reconheci o lazer com uma possibilidade rica de contribuição, então, ele foi se dando na forma de encontro. Eu não diria nem que o lazer me buscou e nem eu optei pelo lazer, mas houve esse encontro, por essa minha trajetória da infância do brincar e do ético e do estético.

C.M. – Quando e como iniciou o teu envolvimento com o PELC?⁵

J.D. – São duas formas de inserção no PELC, uma objetiva que teve a ver com uma necessidade do grupo de gestão que inicialmente era o Hélder⁶, a Chris⁷ e o Silvio⁸ e que tinha uma função específica dentro da perspectiva da formação dos formadores. Eu entro no PELC muito associado a esse papel da UFMG que é de formação, eu como uma pessoa relacionada à formação profissional e em particular a formação professores. Eu sou

⁵ Programa Esporte e Lazer da Cidade.

⁶ Hélder Ferreira Isayama.

⁷ Christianne Luce Gomes.

⁸ Sílvio Ricardo da Silva.

reconhecido como possibilidade de alguém que poderia contribuir para a formação dos formadores. O Hélder saiu para fazer o pós-doutorado dele e eu entrei no lugar do Hélder para dar um retorno dos formadores aos seus processos de informação. Os professores que coordenavam esse Programa estavam, ao lado dos formadores, qualificando aqueles módulos de formação, ajudando a construir as propostas de formação e depois avaliando junto com eles as avaliações realizadas, então, eu entro nesse momento, como alguém que participaria de um grupo coordenando e qualificando as formações que os formadores iam fazer nas implantações dos núcleos. Mas eu tenho uma entrada no PELC a partir do meu acompanhamento do trabalho que era feito por esse grupo, mesmo eu não fazendo parte, eu acabava participando de alguns encontros, de alguns eventos e eu começava a perceber a riqueza das possibilidades que o PELC se revelava, especialmente quando eu ia fazer algum trabalho em secretarias municipais de esporte e percebia, vamos dizer assim, essa potencialidade que a presença de um programa que provocava a implantação de núcleos de lazer e ao provocar implantação de núcleos de lazer gerava outras necessidades sociais, como por exemplo, organização de infraestrutura, uma própria problematização da saúde, que você vai discutir política de lazer no lugar onde o esgoto corre a céu aberto e se faz uma qualificação de um parque público, mas no caminho ele tem esgoto a céu aberto. Então eu comecei a perceber como que essa política mobilizava uma perspectiva de organização e de conquista social. Eu acompanhava o trabalho do Hélder, da Chris e do Sílvio e por acompanhar neste momento que o Hélder sai, ele me convida e por reconhecer nesse momento, não de uma análise de impacto, mas uma potencialidade daquilo que ouvia os sujeitos sociais dizerem do PELC. Eu passo a fazer parte do grupo, eu entro no PELC por esse convite para participar da organização dos módulos de formação e ao mesmo tempo pelo diálogo que eu já vinha tendo com o grupo aqui do lazer.

C.M. – E quais as temáticas nesse grupo de formação?

J.D. – Aí é preciso fazer um recorte mais temporal. Num primeiro momento não há um recorte específico, então você vai ver um conjunto de demandas, desde essa perspectiva de quem são aqueles sujeitos que estão lá no cotidiano e que acaba exigindo da gente uma reflexão sobre cultura, sobre cultura popular. Desde o início essa reflexão sobre cultura passa a ser uma demanda que me é solicitada, porque há também essa concepção de lazer está sendo discutido com a Chris, com o Hélder e que vão dar um retorno maior, então, no

primeiro momento eu sou mais solicitado pelas reflexões sobre cultura, cultura popular, educação, educação popular e eu entro no momento onde se constitui a vertente do PELC Urbano que é o voltado para povos indígenas e comunidades tradicionais. E aí num certo sentido eu sou a pessoa que vai ser identificada aqui na UFMG mesmo, porque faço parte do grupo, não em termos nacionais, e internacionais se fosse, há outras pessoas que talvez tenham uma tradição maior, mas pelo meu envolvimento com o campo da antropologia e por fazer parte do grupo UFMG. Eu passo a estabelecer esse diálogo maior com todo aquele que diz respeito ao diálogo com povos indígenas e comunidades tradicionais. E esses passam a ser os temas de maior relação minha do ponto de vista da qualificação da formação e instrução sobre cultura e das práticas corporais e especialmente no que diz respeito aos povos indígenas e comunidades tradicionais.

C.M. – Você tem trabalhado em produção de materiais?

J.D. – Recentemente houve a organização da Educação à Distância e eu fiz parte do grupo que organizou o módulo sobre avaliação e diagnóstico e eu acabei provocando, especialmente na perspectiva qualitativa, e, por esse desejo de provocar um olhar mais próximo dos povos indígenas e das comunidades tradicionais uma ênfase na pesquisa qualitativa, na abordagem etnográfica, no olhar etnográfico, uma leitura antropológica, uma avaliação na perspectiva antropológica. Participei da construção desse módulo EAD⁹ e agora estou iniciando a construção específica do módulo que é para comunidades tradicionais. Houve uma divisão, o [palavra inaudível] - vai fazer o módulo aos indígenas e eu vou fazer o módulo do comunidades tradicionais. Escrevemos um material que deve estar sendo publicado, então, nós já havíamos apresentado no seminário onde nós pedimos ao Sílvio que veio trabalhando um pouco melhor a concepção de esporte, a Christiane a concepção de lazer e eu noção de cultura. Nós escrevemos um texto que está no prelo, num livro que agora não sei o nome, mas o Hélder pode nos esclarecer melhor, mais um capítulo sobre essas noções de lazer, esporte e cultura no contexto do PELC. Em termos objetivos de materiais são esses três e atualmente ele não em termos de material, a gente participou também da construção das diretrizes para elaboração dos módulos, também foi uma construção coletiva do Sílvio, da Chris, do Hélder e minha, então, um pouco essa

⁹ Ensino à Distância.

participação ou esse material específico ou na própria reelaboração das diretrizes pedagógicas que a gente tem feito.

C.M. – Você dá palestras com o pessoal do PELC?

J.D. – No contexto do PELC a gente tem feito um conjunto de seminários e anualmente a gente tem uns encontros de formadores e nesses encontros de formadores, já houve a participação na forma de palestra, então uma anterior, esse tema cultura houve uma palestra específica sobre esse tema cultura, foi uma mesa dividida com três professores, na época a coordenadora da Ministério da Igualdade Racial. A gente compôs uma mesa que tinha como tema cultura. Esse tem sido um tema muito enfatizado nos processos formação, então sobre esse tema eu participei fazendo a palestra uma vez. E nesse momento, fugindo um pouco da resposta, no último ano, a gente procurou elaborar uma nova função no PELC que não deixa de ser o grupo de formadores, mas a gente entendeu que precisava gerar um tipo de leitura mais concentrada nas regiões para que a gente pudesse fazer uma leitura de como o PELC de fato ele é capaz de articular politicamente as diferentes regiões. Se criou um grupo de articuladores e esses articuladores são cinco, um para cada região, que trabalha com um grupo de formadores, e eu passei, vamos dizer assim, a coordenar esse trabalho dos articuladores mais no sentido de uma animação desse grupo. Às vezes eles fazem o trabalho mais centrado para os seus formadores, eu entro em cena procurando articular, fazer uma análise das diferentes regiões. Essa tem sido, em tese, uma dificuldade. O programa é muito rico, tem um número de convênios grandes, mas em termos de realização, ainda são poucos municípios desconcentrados, então, era preciso a gente compreender melhor um pouco o sentido que esse programa ele passava a ter esse entendimento de uma política nacional, então, o grupo de articuladores nasceu buscando estabelecer essa leitura e eu passo então a ocupar esse lugar. Retomando o foco da pergunta, nesse último ano, o seminário está menos centrado em palestra e mais centrado em colher os frutos da produção via EAD. Eu acabei trabalhando com os tutores porque produzimos o material da EAD e aí fomos trabalhar com os tutores que irão dialogar com as pessoas que estavam fazendo o curso. Esse foi um ano dedicado à implementação da EAD e uma efetivação desse grupo de articulação. Então a produção nesse último ano foi mais no sentido da EAD e da constituição do grupo de articulação.

C.M. – Você teve alguma diretriz do Ministério¹⁰?

J.D. – O meu trabalho tem menos de implementação das diretrizes e mais o sentido de qualificação desse diálogo que esse grupo de formação assume. O que é importante é entender o papel da UFMG nessa história. A UFMG vai provocar o entendimento que essa perspectiva pedagógica é tão importante quanto a perspectiva técnica. A perspectiva pedagógica no sentido de fazer uma leitura do que é formar alguém para estabelecer um diálogo com um contexto comunitário. Não basta apenas entender o que é lazer, mas como que a gente busca uma aproximação de pessoas com formações as mais diversas e quem está lá na ponta. Quem está na ponta é o líder comunitário, é o capoeirista, então, como ajudar essas pessoas a entenderem que elas fazem parte de um projeto de formação humana? Então, de um lado tem um programa que ele quer ou terceirizar o lazer pela constituição de núcleos de lazer, pela vitalização de equipamentos de lazer. O nosso papel é: nada disso vai ter sentido se as pessoas não entenderem isso como um processo educativo. A minha formação não é uma formação que vem das diretrizes que o programa tem de lazer e de política de lazer, mas minha formação é muito mais marcada pela minha história e formação de professores do que de formação política de lazer. Talvez outras pessoas do programa, e é por isso que estou nele, porque se não tivesse as outras pessoas talvez não me coubessem. Eu não me justifico nesse programa por alguém que é um estudioso do campo do lazer, mas por alguém que é um estudioso do campo da educação, então, a minha preparação ela vem, evidentemente, de leitura dos documentos, mas não é isso que me possibilita esse diálogo, seja com os articuladores, seja com os formadores, seja na experiência dos núcleos. A minha preparação é a minha história de formação profissional. Eu acho que é isso que justifica a preparação da UFMG. A minha preparação, no fundo, não é minha preparação do Zé Alfredo, mas sim porque a UFMG entra nessa história. Qual é o lugar da universidade numa vitalização de uma política de lazer? Em tese, o Ministério do Esporte não precisaria de uma universidade, a universidade entra e eu entro nessa história. Infelizmente acabam sendo poucas possibilidades de envolvimento e eu penso que essa é uma proposição do Ministério que a gente não conseguiu efetivar, que é nós, da UFMG, nos envolvermos mais com os trabalhos de formação na ponta. Esse talvez seria um procedimento de formação que eu acho que seria fundamental para mim. Esse, pessoalmente, ainda não coloquei como um dos elementos fundantes que me

¹⁰ Ministério do Esporte.

organizam para fazer esse trabalho. Então é isso, a minha preparação vem do meu diálogo com a Educação Física, para a formação de professores e essa minha pertinência num grupo da universidade que vem buscando relacionar e qualificar o entendimento de que política de lazer não é apenas uma implementação técnica, mas a implementação de um processo de formação de formadores que vão atuar no contexto local.

C.M. – Sobre a formação para indígenas e comunidades tradicionais, quais as especificidades?

J.D. – Essa é uma pergunta para algo que está em construção. O número de convênios realizados em comunidades tradicionais ainda é muito pequeno. Ele nasce do reconhecimento de que há necessidade de construir uma intervenção que é absolutamente diferente daquela que vinha sendo feita a partir de uma referência de lazer num contexto urbano. Embora quando você fala, por exemplo, de comunidade tradicional, se essa comunidade tradicional for um povo quilombola, às vezes, a comunidade quilombola se constitui em um contexto urbano. Essa diferenciação às vezes não é o urbano e o tradicional, porque às vezes o tradicional se dá no contexto urbano. Dos povos indígenas isso já vinha sendo uma reivindicação. No Ministério do Esporte você vê uma presença muito intensa dos jogos indígenas, então num certo sentido aquilo havia uma demanda. Então essa diferenciação, a origem dela, não é uma diferenciação necessariamente “urbano e tradicional”, mas é o reconhecimento que havia a necessidade pensar uma singularidade desses convênios, seja por que, seja do ponto de vista conceitual ou do ponto de vista da temporalidade, aquelas coisas não se aplicavam, era necessária uma outra lógica e isso não está fechado. Quer dizer, ainda há uma necessidade de ser pensada, seja porque o lazer passava a ser buscado com uma complexidade muito maior, por exemplo, quando se fala de uma política de direito e a gente for pensar dos povos indígenas e as comunidades tradicionais e falar em direito ao lazer, isso pode soar até de uma forma leviana, porque quando se fala em direito, o direito que eles estão batalhando é o direito à terra, é um momento que o direito à terra não é só me dar a terra, é um direito que as pessoas sendo mortas. A dimensão de direito delas é muito mais urgente, muito mais cruel e você indagar o que que uma política de lazer tem a ver com toda essa história e você começar a perceber que tanto ponto de vista do reconhecimento deles dentro do direito a uma dimensão universal, eles reconhecem que têm o direito a tudo aquilo que o cidadão brasileiro tem o

direito, mas sobretudo eles têm direito identitário e o direito identitário deles passa justamente por uma história, uma vitalização da tradição e a tradição deles passa por uma história, cuja centralidade é um pouco e que uma política de lazer está centrada evidentemente num direito universal, mas sobretudo ao direito a si mesmo, o direito à sua identidade, o direito às suas práticas. Ou seja, a indissociabilidade da demanda do território e entender que eu não quero esse território só para dizer que é meu, eu quero esse território para eu me realizar e na minha realização cotidiana, a realização do lazer está absolutamente entrelaçada a realização da vida, a realização de trabalho, ou seja, vai-se percebendo que é muito mais complexo do que simplesmente você criar uma diversidade ou um núcleo urbano que você cria, seja a diversidade etária, tem um recorte de contexto, de um recorte de classe, recorte etário e este tem um outro tipo de recorte. Se identificou que era necessária a construção desse grupo. Essa seja talvez a maior razão da minha presença no PELC, embora isso não seja tranquilo. Não é tranquilo porque as necessidades implantação ainda são urgentes e as possibilidades de dar forma a isso são muito lentas, mas eu espero, da minha passagem nesse PELC, cumprindo o objetivo de minimamente clarificar que especificidade é essa. O que justifica pensar uma política de lazer com contextos, com pessoas e grupos sociais tão singulares.

L.A. – Você tem alguma intervenção dentro do Programa Vida Saudável?

J.D. – Sim e não. Não porque entende a UFMG que a gente foi complexificando as pessoas que qualificam esses diferentes programas, então no Vida Saudável hoje a gente tem muito mais um diálogo, por exemplo, com o grupo que hoje pensa saúde, seja saúde no sentido fisiológico, seja num esforço para relacionar saúde na perspectiva social, então Danusa¹¹ e o Samuel¹², eles assumiram essa interlocução maior, seja na EAD, seja no diálogo com as palestras, seja no diálogo com os formadores. Mas ao mesmo tempo quando a gente estabelece o diálogo com os formadores, é quando entra o meu trabalho, era toda formação que ia ser realizada e isso passava por mim ou pelo Sílvio ou pela Chris. Então nós atuávamos diretamente com todos os formadores, independente se esse PELC era o Vida Saudável, Todas Idades, Povos de Comunidades Tradicionais. Hoje se criou o grupo dos articuladores, então esses processos de formação não passam mais por mim, aquele que

¹¹ Danusa Dias Soares.

¹² Samuel Penna Wanner.

passava por mim, agora passa pelos articuladores e o meu trabalho passou a ser estabelecer uma leitura desse diálogo que os articuladores fazem com os formadores. De alguma maneira, seja diretamente pelo meu diálogo com os articuladores, o meu diálogo é com todos esses programas ao mesmo tempo. E não, porque quando há uma necessidade de qualificação mais objetiva, aí eu me aproximo mais do diálogo que é feito com os Povos e Comunidades Tradicionais. Por exemplo, quando nós vamos fazer as diretrizes do PELC, a Chris vai assumir o Vida Saudável, o Sílvia vai assumir o todas as idades e PELC Urbano e eu vou assumir o Povos de Comunidades Tradicionais. Então, no que diz respeito ao diálogo com os processos de formação, o meu diálogo é com todos os programas, mas no que diz respeito a uma qualificação conceitual e na elaboração de diretrizes aí eu passo a dialogar menos com o Vida Saudável.

C.M. – E você tem percebido diferença nos núcleos de formação, lá na ponta?

J.D. – Não posso dizer isso ainda porque entro num momento de transição. Aí outras pessoas vão me ajudar mais de transição de uma história de conveniamento para outra. Então, por exemplo, eu ainda não tenho em mãos o fruto de uma trajetória histórica de implantação de núcleos, então meu diálogo tem sido menor ou de constatação. Por exemplo, de constatação da necessidade de vitalização dos núcleos na região norte e na região centro-oeste, ter muito mais de uma leitura, que não está acontecendo porque uma possibilidade de um reconhecimento de transformações porque eu não participei de um movimento completo ainda de implantação de núcleos, então boa parte dos núcleos que eu entrei estavam conveniando, agora é que vão ter a conclusão dos modos de formação. E paradoxalmente, embora já comece o processo que é demorado, e na minha opinião, o PELC sabe que o nó da resposta que você me pede, que é esse impacto, ele tem a ver com a capacidade de gerar autonomia, seja dos municípios, seja dos sujeitos que estão à frente dessa interlocução. O programa tem uma riqueza no sentido de potencial, muito grande, mas ele precisa ser capaz de gerar autonomia política e pedagógica daqueles que se propõem realizar o núcleo, porque uma coisa é você abrir o edital e esse edital gerar um conjunto de benefícios para o seu município e você passar por um processo de formação e você implementar, a outra é você, depois de tudo isso, continuar querendo e se mobilizar politicamente para que isso permaneça, então assim, é um movimento político onde a

história na qual eu estou inserido, não me permite responder a pergunta que você me fez nesse sentido objetivo.

C.M. – Professor gostaria de registrar mais alguma coisa?

J.D. – Gostaria de enfatizar a riqueza que eu sempre percebi nesse programa. Não vou fazer uma discussão, embora eu entenda que ela precisa ser feita, está relacionada à mobilização de recursos que ele implica e as transformações sociais que um investimento de tal ordem é capaz de realizar. Eu entendo que isso é algo necessário de ser feito, mas eu gostaria de chamar atenção. O que você incluir numa política de lazer e destinar recursos para isso é capaz de mobilizar processos de organização social na direção de conquista de direitos. Isso é de uma complexidade muito grande porque toca entraves e limites políticos de todas as formas, porque você dialoga com liderança comunitária, dialoga com secretarias inseridas em partidos políticos de toda ordem, ou seja, você entra no tecido social denso, mas que eu reconheço que, naqueles lugares, onde essa concepção de lazer é reconhecida como uma política de direito, isso tem gerado uma sensibilidade social rica e essa sensibilidade mobiliza transformações, então, isso eu acho fundamental ser reconhecido e evidentemente avaliado no decorrer uma política de governo que deve ser mantido e que deve ser transformado, mas você ter uma concepção de direito, e isso eu não abro mão a despeito de todo o contexto histórico que merece toda problematização e criticidade necessária, mas a percepção que a minha inserção se dá num programa e um programa se dá num governo que tem uma história de concepção de direito como centralidade da situação política. Porque senão não faria parte desse programa e essa noção de direito é muito rico perceber que ele é visto numa totalidade e que o lazer faz parte de uma concepção ampla de direito. Talvez aí articulação com o Vida Saudável e por aí, então é uma fala final no sentido de reforçar a positividade que eu reconheço nessa perspectiva política.

[FINAL DA ENTREVISTA]